

POLÍTICAS PÚBLICAS E PERMANÊNCIA EDUCACIONAL DE MULHERES: UMA REVISÃO SOBRE CUIDADO, MATERNIDADE E TRABALHO

Public policies and women's educational persistence: a review of care, motherhood, and work

Ruth Bispo de Freitas Silva¹.

1 Mestranda em Ciências da Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail: rute.freitas.2010@hotmail.com

Resumo

O estudo teve como objetivo analisar as contribuições, os limites e as lacunas das políticas públicas educacionais e intersetoriais e ações institucionais voltadas à permanência de mulheres jovens e adultas que conciliam estudos, maternidade. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, mediante buscas na SciELO e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, complementadas pelo rastreamento de referências em periódicos e repositórios institucionais. Foram consideradas publicações entre 2016 e 2026, em português, inglês e espanhol, disponíveis integralmente e diretamente relacionadas ao problema. O corpus reuniu 17 estudos. Os resultados indicaram que a sobrecarga de cuidado, o trabalho remunerado, as dificuldades financeiras, a incompatibilidade de horários e a insuficiência de serviços institucionais dificultaram a permanência. Auxílios, creches, flexibilização acadêmica, acolhimento e redes de apoio favoreceram a continuidade, embora apresentassem cobertura limitada e forte dependência de arranjos informais. Concluiu-se que a permanência requer articulação entre políticas educacionais, assistência estudantil e políticas de cuidado, com respostas diferenciadas para a Educação de Jovens e Adultos e o ensino superior.

Palavras-chave: Direito à educação. Assistência estudantil. Divisão sexual do trabalho. Educação de Jovens e Adultos. Ensino superior.

Abstract

This study aimed to analyze the contributions, limitations, and gaps regarding educational and intersectoral public policies and institutional actions designed to support the retention of young women and adult women who balance their studies with motherhood. An integrative literature review with a qualitative approach was conducted, involving searches in SciELO and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, complemented by reference tracking in journals and institutional repositories. The study included publications from 2016 to 2026 in Portuguese, English, and Spanish, that were available in full text and directly related to the issue. The final corpus comprised 17 studies. The results indicated that the burden of caregiving, paid work, financial difficulties, schedule conflicts, and insufficient institutional services hindered student retention. Financial aid, childcare facilities, academic flexibility, welcoming environments, and support networks facilitated continuity, although they offered limited coverage and relied heavily on informal arrangements. It was concluded that student retention requires coordination among educational policies, student assistance programs, and care policies, with tailored approaches for Youth and Adult Education and higher education.

Keywords: Right to education. Student assistance. Gender division of labor. Youth and Adult Education. Higher education.

INTRODUÇÃO

A permanência educacional de jovens e mulheres adultas constitui uma dimensão da efetivação do direito à educação, especialmente quando as trajetórias formativas são atravessadas pela maternidade, pelas responsabilidades familiares de cuidado e pelo trabalho. No Brasil, essas condições assumem configurações particulares na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e no ensino superior, espaços frequentados por estudantes que frequentemente conciliam formação, atividades remuneradas, trabalho doméstico não remunerado e cuidado de filhos ou de outros dependentes. Compreender a permanência exige, portanto, ultrapassar a análise do acesso e da matrícula, alcançando as condições materiais, familiares, pedagógicas e institucionais necessárias à participação e à conclusão dos percursos educacionais. A educação, reconhecida constitucionalmente como direito de todos e dever do Estado e da família, pressupõe igualdade de condições para o acesso e a permanência (Brasil, 1988).

A ampliação da presença feminina nos diferentes níveis de ensino não foi acompanhada, na mesma proporção, pela redistribuição social das tarefas domésticas e das responsabilidades de cuidado. Embora as mulheres tenham conquistado maior acesso à escolarização, à formação profissional e ao ensino superior, a organização cotidiana das famílias ainda lhes atribui parcela expressiva do trabalho necessário à manutenção da vida. Essa desigualdade interfere na disponibilidade de tempo, na autonomia econômica, na frequência às aulas e na possibilidade de atender às exigências acadêmicas. Na EJA, tais tensões podem se somar a percursos anteriores de exclusão escolar. No ensino superior, a maternidade e o cuidado podem entrar em conflito com horários, avaliações, estágios e práticas institucionais concebidas para estudantes com elevada disponibilidade de tempo (Brasil, 1996; Leite; Alves, 2022).

A distribuição desigual do cuidado confere relevância social ao problema porque compromete o exercício articulado dos direitos à educação, ao trabalho e à proteção social. Em 2022, as mulheres brasileiras dedicaram, em média, 9,6 horas semanais a mais do que os homens aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, evidenciando a persistência da sobrecarga feminina no uso do tempo (IBGE, 2023). Paralelamente, as mulheres representaram 59,5% dos concluintes da educação superior brasileira em 2024, o que demonstra que a presença numérica nas instituições não elimina as desigualdades que atravessam as condições de formação (INEP, 2026). A análise não deve se restringir, assim, à proporção de matrículas e diplomas, mas considerar as circunstâncias sob as quais as trajetórias são sustentadas.

As pesquisas empíricas revelam diferentes manifestações dessas dificuldades. Em estudo realizado com 24 estudantes da Universidade Federal do Cariri, Leite e Alves (2022) identificaram que a conciliação

entre trabalho, maternidade e formação estava associada à sobrecarga e a dificuldades de participação universitária. Na EJA, a pesquisa etnográfica de Lima (2025), desenvolvida com mulheres na Zona Norte de Manaus, apontou que maternidade, trabalho doméstico e precarização laboral dificultavam a continuidade, enquanto redes de solidariedade e expectativas de transformação favoreciam o retorno. Na Universidade de Brasília, Nascimento e Rodrigues (2025) observaram que as iniciativas institucionais de proteção à maternidade apresentavam alcance limitado e permaneciam concentradas no apoio financeiro.

A discussão também possui relevância acadêmica e institucional por aproximar estudos sobre permanência, maternidade universitária, EJA, divisão sexual do trabalho, assistência estudantil e políticas de cuidado. Essa articulação ganha importância diante da instituição da Política Nacional de Assistência Estudantil, pela Lei nº 14.914/2024, e da Política Nacional de Cuidados, pela Lei nº 15.069/2024. A primeira organiza programas destinados à permanência nas instituições federais, enquanto a segunda reconhece o direito ao cuidado e estabelece a corresponsabilização entre Estado, famílias, comunidade e setor privado. A existência desses marcos, contudo, não permite presumir cobertura, implementação ou suficiência. Torna-se necessário examinar como as pesquisas caracterizam as respostas públicas e institucionais e quais limitações identificam (Brasil, 2024a, 2024b).

Esta revisão concentra-se na produção científica sobre políticas educacionais e intersetoriais e ações institucionais relacionadas à permanência de jovens e mulheres adultas que conciliam estudos, maternidade, cuidado e trabalho no Brasil. O recorte abrange publicações de 2016 a 2026 e privilegia a EJA e o ensino superior. Não se pretende abranger todas as desigualdades educacionais vivenciadas pelas mulheres nem avaliar diretamente a efetividade de programas específicos. O interesse recai sobre as barreiras identificadas, as respostas de apoio descritas e as contribuições, limitações e lacunas atribuídas a essas respostas, considerando as diferenças institucionais entre os dois contextos.

Com base nessa delimitação, formulou-se a seguinte pergunta: como a produção científica publicada entre 2016 e 2026 analisa as contribuições, os limites e as lacunas das políticas públicas educacionais e intersetoriais e das ações institucionais voltadas à permanência de jovens e mulheres adultas que conciliam os estudos com maternidade, responsabilidades familiares de cuidado e trabalho na Educação de Jovens e Adultos e no ensino superior brasileiro? A formulação direciona a investigação para o conhecimento produzido, sem pressupor que as políticas identificadas sejam suficientes ou apresentem resultados equivalentes em diferentes instituições e territórios.

O objetivo geral foi analisar as contribuições, os limites e as lacunas das políticas públicas educacionais e intersetoriais e ações institucionais voltadas à permanência de mulheres jovens e adultas que

conciliam estudos, maternidade e trabalho. Especificamente, buscou-se: identificar as barreiras relacionadas à maternidade, às responsabilidades familiares de cuidado, ao trabalho remunerado e ao trabalho doméstico não remunerado; caracterizar as políticas, os programas e as ações institucionais de apoio; analisar as contribuições e limitações atribuídas a essas respostas, considerando as especificidades da EJA e do ensino superior; e examinar como classe, raça e território atravessam as experiências e as lacunas institucionais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

PERMANÊNCIA EDUCACIONAL, DIREITO À EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

A Constituição Federal reconhece a educação como direito de todos e estabelece a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” como princípio do ensino (Brasil, 1988, art. 206, I). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) reafirma esse princípio e vincula a oferta educacional à criação de oportunidades adequadas aos diferentes públicos. Acesso e permanência são, compreende-se, dimensões complementares que implicam em ampliar vagas sem enfrentar barreiras materiais, sociais e institucionais como elementos essenciais da democratização do ensino, mas não asseguram a continuidade.

Convém refletir sobre os termos permanência, evasão, abandono, retenção, trancamento e conclusão como fenômenos não equivalentes, mas contraditórios. A permanência envolve continuidade e participação, enquanto evasão e abandono podem indicar mudança de curso, interrupção temporária, desligamento institucional ou saída definitiva. Ambos são reflexos das condições socioeconômicas, culturais e territoriais dos sujeitos. Tais indicadores são difíceis de ser delineados em uma análise mais detalhada, por não haver uma uniformidade conceitual, bem como por terem aspectos subjetivos, sociais e individuais intrínsecos (Coimbra; Silva; Costa, 2021).

Há de se distinguir ainda a permanência formal, que implica na manutenção da matrícula e na qualificada, que se manifesta na frequência escolar, realização de atividades, e aprimoramento do conhecimento, oportunizando estabelecer vínculos e ascender no percurso. Dificuldades econômicas, horários incompatíveis, deslocamentos extensos, ausência de apoio pedagógico e responsabilidades familiares podem afetar a experiência mesmo sem produzir desligamento imediato, fragilizando a qualidade da permanência nos estudos e afetando o desempenho, de tal modo que há uma redução da motivação que contribui com a desistência (Ganam; Pinezi, 2021; Silva; Sampaio, 2022).

Na EJA, a permanência assume particularidades relacionadas a trajetórias de pessoas que não acessaram ou não concluíram a educação básica no período convencionalmente esperado. As Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Câmara de Educação Básica (CEB) Nº 3 de 8 de abril de 2025 (Brasil, 2025a) e Nº 6 de 17 de julho de 2025 (Brasil, 2025b) reforçam que a modalidade deve reconhecer características, necessidades e condições de vida do público atendido, incluindo trabalho e responsabilidades familiares. No ensino superior, embora a estrutura institucional seja distinta, a continuidade também depende da compatibilização entre exigências acadêmicas e condições concretas de vida.

A proteção social integra campo teórico, porque as barreiras educacionais não se originam exclusivamente nas instituições de ensino. Renda, alimentação, transporte, moradia, saúde, trabalho e cuidado interferem na sustentação dos percursos. Neste estudo, a proteção social corresponde ao conjunto de garantias, benefícios, serviços e ações públicas voltados à efetivação de direitos e à redução de vulnerabilidades. Aplicada à educação, essa perspectiva desloca o problema do plano estritamente individual para a responsabilidade compartilhada entre Estado, instituições e sociedade, sem desconsiderar a agência das estudantes.

CUIDADO, MATERNIDADE E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS TRAJETÓRIAS FORMATIVAS

O cuidado compreende atividades, relações e recursos necessários à manutenção da vida e ao bem-estar. Abrange cuidados diretos prestados a crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas adoecidas ou outros dependentes, além de atividades indiretas, como preparar alimentos, higienizar ambientes, organizar rotinas e administrar necessidades familiares. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) distingue o cuidado remunerado daquele realizado sem remuneração, predominantemente nos domicílios e nas comunidades. Embora seja indispensável ao funcionamento da sociedade, parte expressiva desse trabalho permanece invisibilizada e distribuída de forma desigual (OIT, 2018).

A Política Nacional de Cuidados reconhece o direito a ser cuidado, a cuidar e ao autocuidado, além de estabelecer corresponsabilização social na provisão dessas atividades (Brasil, 2024b). Essa concepção evita tratar o cuidado como obrigação privada ou atributo natural das mulheres. Ao reconhecê-lo como necessidade social e campo de intervenção pública, torna-se possível analisar de que maneira sua distribuição afeta tempo, renda, autonomia e participação educacional.

A desigualdade na distribuição dessas atividades é explicada pelo conceito de divisão sexual do trabalho. Hirata e Kergoat (2007, p. 599) a definem como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”. O conceito não se limita à existência de tarefas distintas, pois evidencia os princípios que separam trabalhos considerados masculinos e femininos e atribuem maior valor econômico e simbólico às atividades associadas aos homens. Mesmo com a ampliação da inserção feminina no emprego e na educação, o trabalho doméstico e familiar continua predominantemente atribuído às mulheres.

No Brasil, as mulheres dedicaram, em 2022, 9,6 horas semanais a mais do que os homens aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas (IBGE, 2023). Em âmbito internacional, a OIT estimou que as mulheres realizavam 76,2% das horas de cuidado não remunerado (OIT, 2018). Tais indicadores evidenciam uma carga temporal que pode restringir emprego, descanso, participação política e formação, além das condições salariais e do tempo livre de ser.

De acordo com Dumazedier (2001), o verdadeiro lazer, ou seja, o tempo livre de ser, constitui-se como um bloco de momentos em que o sujeito atua por pura escolha. Esse espaço temporal manifesta-se plenamente apenas quando o indivíduo se encontra completamente desvinculado de suas responsabilidades profissionais, familiares ou de exigências impostas pela rotina social. Esta percepção se articula com os conceitos de tempo de não-liberdade e tempo de autodesenvolvimento, ampliando a percepção sobre como se articulam trabalho, responsabilidades, estudo e liberdade em uma sociedade movida pela desigualdade.

Sob a perspectiva da teoria crítica, Adorno (1996) argumenta que o período teoricamente destinado ao descanso muitas vezes não passa de uma extensão disfarçada da jornada produtiva. O filósofo esclarece que o entretenimento ofertado pela indústria cultural molda o tempo livre para torná-lo um mero intervalo de regeneração física e mental, cujo propósito real é manter o trabalhador apto a retornar ao ciclo de exploração econômica.

A busca pelo aprimoramento individual por meio do ócio exige uma dissociação ativa das métricas de produtividade mercadológicas. Conforme os fundamentos da sociologia do lazer propostos por Dumazedier (1973), o tempo livre atinge seu potencial máximo quando o indivíduo o utiliza para sua formação desinteressada e para a expansão de suas habilidades criativas e participativas, de maneira totalmente voluntária.

Entretanto, há de se pensar sobre o tempo de formação destinado ao trabalho, que se insere nessa dinâmica entre condições financeiras, contexto sociocultural e ambiental e questões de gênero. Sob essa ótica, a divisão sexual do trabalho impõe uma assimetria estrutural na qual as mulheres assumem historicamente a centralidade do trabalho reprodutivo e de cuidados, conforme explicam Hirata e Kergoat (2007).

Concomitante, as condições de formação enfrentam barreiras que vão além da escassez de horas, englobando fatores socioambientais e urbanos, como a concentração geográfica de centros tecnológicos e de ensino em eixos centrais, desamparando as periferias, e a insuficiência de políticas de apoio ao cuidado, como redes de creches públicas. Dessa forma, o tempo que deveria ser voltado à qualificação e à emancipação econômica acaba sendo sufocado pela necessidade de conciliação de múltiplas jornadas. Isso perpetua a sub-representação feminina em postos de comando e reforça as disparidades salariais no mercado de trabalho mercadológico.

A maternidade insere-se nessa organização social. As dificuldades decorrem da combinação entre necessidades de cuidado, normas de gênero, condições econômicas, composição familiar, disponibilidade de serviços e respostas institucionais. Mulheres negras, pobres, moradoras de áreas periféricas ou rurais, trabalhadoras informais e chefes de famílias monoparentais podem enfrentar restrições específicas. A perspectiva interseccional contribui para compreender que gênero se articula a classe, raça e território, produzindo posições desiguais de acesso a recursos e apoio (Hirata, 2014).

POLÍTICAS PÚBLICAS, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INTERSETORIALIDADE

As políticas de permanência correspondem a medidas públicas e institucionais destinadas a enfrentar obstáculos à continuidade das trajetórias. Podem assumir caráter financeiro, pedagógico, psicossocial, cultural ou relacionado ao cuidado. Alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, saúde mental, apoio pedagógico, acessibilidade, flexibilização de procedimentos e acolhimento integram essas condições. Dutra e Santos (2017) observam que a assistência estudantil constitui campo marcado por disputas entre concepções focalizadas na pobreza e perspectivas ampliadas vinculadas ao direito à educação.

Dias e Sampaio (2023) mostram que a assistência estudantil também se consolidou como campo científico e profissional, envolvendo diferentes concepções de apoio. Essa diversidade exige distinguir assistência estudantil de assistência social, ainda que ambas possam se articular. No âmbito educacional, o foco recai sobre as condições que permitem participação, aprendizagem e conclusão, sem ignorar que as necessidades estudantis são atravessadas por desigualdades produzidas fora das instituições.

A Lei nº 14.914/2024 instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), estruturando ações relacionadas a alimentação, moradia, transporte, saúde, apoio pedagógico, acessibilidade e saúde mental, entre outras dimensões (Brasil, 2024a). Em 2026, o Plano Nacional de Educação incorporou estratégia voltada à implementação de auxílio para estudantes com filhos, vinculando parentalidade, inclusão e

permanência na educação superior (Brasil, 2026). Esses marcos ampliam o reconhecimento normativo do problema, mas não asseguram, por si mesmos, cobertura e implementação adequadas.

Na EJA, as políticas de permanência precisam dialogar com uma população marcada por diversidade etária, laboral, territorial e cultural. A legislação assegura oportunidades apropriadas às condições de vida e trabalho de jovens e adultos (Brasil, 1996). Horários compatíveis, busca ativa, acolhimento, reconhecimento das trajetórias, integração à educação profissional e articulação com serviços territoriais podem integrar a política de permanência, mesmo quando não são formalmente denominados assistência estudantil.

As políticas de cuidado ampliam o debate ao reconhecer que a disponibilidade familiar não é ilimitada nem distribuída de maneira equitativa. O Plano Nacional de Cuidados prevê articulação de políticas voltadas tanto às pessoas que necessitam de cuidado quanto àquelas que o realizam de forma remunerada ou não remunerada (Brasil, 2025c). Serviços como creches, centros-dia e atendimento domiciliar podem repercutir nas possibilidades educacionais das cuidadoras. Seus efeitos, porém, dependem de localização, horários, qualidade, cobertura e integração com instituições educacionais.

A intersetorialidade constitui estratégia de enfrentamento de problemas que ultrapassam as competências de um único setor. Para Wanderley, Martinelli e Paz (2020), ela envolve articulação de responsabilidades, conhecimentos, recursos e ações, especialmente nos territórios onde as necessidades sociais se manifestam. Não se resume a encaminhamentos ocasionais. Pressupõe planejamento compartilhado, comunicação institucional, continuidade e avaliação. Na permanência de estudantes responsáveis pelo cuidado, essa articulação pode envolver educação, assistência social, saúde, trabalho, renda, transporte e serviços de cuidado.

METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, descritivo e analítico. A revisão buscou identificar barreiras, caracterizar ações e interpretar contribuições, limitações e lacunas sem reduzir resultados heterogêneos a indicadores equivalentes.

A revisão integrativa exige pergunta definida, busca bibliográfica, critérios de elegibilidade, extração organizada e síntese dos resultados (Whittemore; Knafl, 2005; Mendes; Silveira; Galvão, 2008). Sua adoção foi compatível com um objeto que reúne experiências educacionais, desigualdades sociais e políticas públicas. Não se pretendeu produzir metanálise ou avaliação causal, pois os estudos localizados apresentaram desenhos, populações e contextos diversos.

O levantamento foi realizado em julho de 2026. Foram documentadas buscas na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O Google Acadêmico, as páginas oficiais dos periódicos e os repositórios institucionais foram utilizados para rastreamento de referências e confirmação dos textos. Sites governamentais foram consultados exclusivamente para legislação e documentos normativos, analisados separadamente do corpus científico.

Foram combinados termos em português, inglês e espanhol relacionados a permanência educacional, evasão, mulheres estudantes, mães universitárias, maternidade, cuidado, trabalho, assistência estudantil, EJA e ensino superior. Empregaram-se os operadores *AND* e *OR*, aspas para expressões exatas e parênteses para agrupar sinônimos.

Foram incluídos artigos científicos, dissertações e teses publicados entre janeiro de 2016 e julho de 2026, em português, inglês ou espanhol, disponíveis integralmente e relacionados ao contexto brasileiro. Os estudos deveriam abordar mulheres jovens ou adultas na EJA ou no ensino superior e analisar diretamente permanência, evasão, abandono, maternidade, responsabilidades de cuidado, trabalho, assistência estudantil ou ações institucionais. Estudos com homens e mulheres foram elegíveis quando apresentaram resultados específicos sobre as mulheres ou análise de gênero aplicável ao problema.

Não foram incluídos registros duplicados, editoriais, cartas, notícias, resumos sem texto completo, documentos sem autoria verificável e estudos que apenas mencionaram o tema. Também foram excluídos trabalhos clínicos sem relação com trajetória educacional, pesquisas sobre educação básica regular sem vinculação com a EJA, estudos internacionais sem análise do Brasil e textos de permanência que não contemplaram gênero, maternidade, cuidado, trabalho ou políticas pertinentes.

A seleção compreendeu leitura de títulos, resumos e textos completos, seguida da aplicação dos critérios de elegibilidade. Ao final, 17 estudos compuseram o *corpus*. A análise ocorreu por síntese temática narrativa. Os estudos da EJA e do ensino superior foram inicialmente examinados separadamente e, em seguida, comparados quanto a convergências, divergências, complementaridades e lacunas. Quatro eixos emergiram: cuidado, maternidade e trabalho como condicionantes; interrupção, retorno e reconstrução das trajetórias; políticas de permanência e limites institucionais; e redes de apoio, desigualdades e invisibilidades.

A pesquisa utilizou textos científicos e documentos públicos, sem contato com participantes ou acesso a informações pessoais identificáveis. Não houve submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, em consonância com a Resolução nº 510/2016 (Brasil, 2016). Foram observados os princípios de atribuição autoral, fidelidade aos resultados e transparência. Entre as limitações metodológicas destacam-se a heterogeneidade do corpus,

a concentração de estudos locais, a ausência de buscas documentadas em todas as bases inicialmente planejadas e a perda dos quantitativos do fluxo de seleção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS

A aplicação dos critérios resultou na inclusão de 17 estudos publicados entre 2017 e 2026. Como os quantitativos do fluxo de seleção não foram preservados, não foi possível informar o total inicialmente localizado, as duplicatas ou as exclusões por etapa. Essa ausência não autoriza estimativas e constitui limitação crítica da revisão. A caracterização condensada do corpus é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 — Caracterização dos estudos incluídos

Nº	Autor e ano	Contexto	Desenho e população ou corpus	Contribuição predominante
1	Bastos e Eiterer (2017)	EJA	Entrevistas com 10 mulheres	Redistribuição doméstica, cuidado e retorno
2	Nunes e Nascimento Silva (2020)	Ensino superior	Questionário com 102 estudantes mães	Demandas de permanência e políticas
3	Silva e Guedes (2020)	Ensino superior	Questionários e diários com 38 estudantes	Redes, ativismo e insuficiência institucional
4	Cruz e Cruz (2020)	EJA	Pesquisa qualitativa; amostra não informada	Gênero, trabalho e trajetórias interrompidas
5	Scherer e Santos (2021)	EJA	Entrevistas com quatro estudantes e uma docente	Retorno, autonomia e práticas pedagógicas
6	Silva e Alencar (2021)	EJA	Entrevistas com 14 estudantes	Trabalho, afastamento e retorno
7	Barreto e Musial (2021)	EJA	Narrativas de duas mulheres	Classe, raça, trabalho e cuidado
8	Lima, Wiese e Haracemiv (2021)	EJA	História oral; amostra não informada	Escuta, exclusão e cidadania
9	Pontes <i>et al.</i> (2022)	Ensino superior	Estudo de caso com uma estudante	Maternidade, interrupção e retorno
10	Leite e Alves (2022)	Ensino superior	Questionário com 24 estudantes	Múltiplas jornadas e bem-estar
11	Joaquim e Aragão (2024)	Ensino superior	Pesquisa documental	Políticas gerais e ausência de ação específica
12	Jesus e Coelho (2024)	EJA	Revisão de cinco artigos	Síntese secundária das trajetórias
13	Lima (2025)	EJA	Etnografia; amostra não informada	Abandono, retorno e interseccionalidade

14	Nascimento e Rodrigues (2025)	Ensino superior	Relatos de oito estudantes	Assistência, maternidade e cobertura
15	Sanches, Alonso e Vecchia (2025)	Ensino superior	Entrevistas com sete estudantes	Conciliação e escassez de apoio
16	Silva (2025)	Ensino superior	Narrativas de três estudantes	Estratégias de permanência e flexibilidade
17	Silva e Silva (2026)	Ensino superior	Entrevistas com cinco estudantes e gestores	Implementação, infraestrutura e comunicação

Fonte: elaboração própria, 2026.

Nove estudos, equivalentes a 52,94%, abordaram o ensino superior, e oito, correspondentes a 47,06%, trataram da EJA. Quanto aos anos, houve um estudo em 2017, três em 2020, quatro em 2021, dois em 2022, dois em 2024, quatro em 2025 e um em 2026. A concentração em 2021 e 2025 indica maior presença recente do tema no corpus, mas não demonstra aumento do fenômeno social. A distribuição pode refletir ampliação da visibilidade acadêmica e institucional das demandas de estudantes, mães e trabalhadoras.

Os objetivos dos estudos foram organizados em três grupos. O primeiro investigou afastamento, retorno e permanência na EJA, relacionando escolarização, trabalho, casamento, maternidade e responsabilidades domésticas. O segundo analisou a conciliação entre formação superior, trabalho e maternidade. O terceiro examinou respostas institucionais, como auxílio financeiro, creches, flexibilização, acolhimento e redes de apoio. Esses grupos convergem ao deslocar a explicação da permanência de atributos individuais para condições sociais e institucionais.

Dezesseis estudos, equivalentes a 94,12%, utilizaram abordagem qualitativa, e um combinou componentes qualitativos e quantitativos. Predominaram entrevistas semiestruturadas, narrativas, história oral, questionários, diários de campo e análise documental. Esses procedimentos permitiram aprofundar experiências e significados, mas limitaram estimativas de prevalência, comparações nacionais e inferências causais. A maioria das amostras foi pequena e vinculada a uma escola ou instituição.

Nos estudos que informaram idade, as participantes tinham entre 16 e 73 anos. Na EJA, apareceram com maior frequência mulheres adultas e idosas, trabalhadoras e com longos períodos de afastamento. No ensino superior, predominaram jovens mães matriculadas na graduação. Embora o corpus tenha contemplado diferentes estados, sua distribuição não permite representar o Brasil em toda a diversidade regional.

A convergência central indica que permanência, maternidade, trabalho e cuidado são dimensões interdependentes. As dificuldades não foram relacionadas somente à existência de filhos ou ao emprego, mas à combinação entre tempo, renda, deslocamento, apoio familiar, trabalho doméstico e exigências institucionais. Os resultados, entretanto, não foram uniformes: algumas famílias redistribuíram tarefas,

enquanto outras mantiveram a sobrecarga sobre as estudantes; algumas instituições ofereceram auxílio, enquanto outras apresentaram cobertura restrita ou comunicação insuficiente.

CUIDADO, MATERNIDADE E TRABALHO COMO CONDICIONANTES DA PERMANÊNCIA

A sobreposição entre estudo, cuidado e trabalho constituiu um dos achados mais recorrentes. Leite e Alves (2022) observaram que as múltiplas atividades estavam associadas à falta de tempo, ao cansaço e a dificuldades de participação universitária. Barreto e Musial (2021) demonstraram que jornadas extensas, informalidade e falta de pessoas disponíveis para cuidar dos filhos dificultavam a frequência e a aprendizagem na EJA. Embora os contextos sejam distintos, ambos indicam que a continuidade depende da articulação entre horários, renda, deslocamento e organização familiar.

O trabalho assumiu posição ambivalente. Silva e Alencar (2021) identificaram que a necessidade de trabalhar estava relacionada ao afastamento, mas também motivava o retorno, pois a escolarização era associada a melhores oportunidades profissionais. Barreto e Musial (2021) encontraram movimento semelhante. A atividade laboral não pode, portanto, ser classificada de maneira fixa como causa de evasão ou fator de permanência. Seus efeitos variam conforme condições do emprego, flexibilidade, segurança da renda e acolhimento institucional.

Quanto à maternidade, Nunes e Nascimento Silva (2020) relacionaram as dificuldades das mães universitárias à ausência de creches, aos custos e à baixa flexibilidade acadêmica. Pontes *et al.* (2022) mostraram que a gravidez durante a graduação foi associada a afastamento e reorganização da trajetória, enquanto o retorno dependeu de apoio familiar, mudança de turno e reconstrução do projeto formativo. Os obstáculos emergem, assim, da concentração do cuidado e da insuficiência das condições de conciliação.

Além do cuidado direto, os trabalhos evidenciaram o peso das tarefas domésticas e da administração familiar. Bastos e Eiterer (2017) identificaram que frequentar a EJA noturna exigia renegociação das rotinas, mas essa redistribuição ocorreu de forma desigual. Complementarmente, Lima (2025) relacionou maternidade, sobrecarga doméstica e precarização laboral às experiências de abandono e retorno. A limitação temporal não decorre apenas das horas de emprego, mas da responsabilidade continuada por organizar a vida familiar.

INTERRUPÇÃO, RETORNO E RECONSTRUÇÃO DAS TRAJETÓRIAS

Na EJA, as trajetórias foram frequentemente marcadas por afastamentos iniciados na infância, adolescência ou juventude. Cruz e Cruz (2020), Scherer e Santos (2021) e Silva e Alencar (2021) relacionaram essas interrupções a trabalho precoce, casamento, gravidez, maternidade, restrições familiares e dificuldades econômicas. O ingresso na modalidade representa, portanto, a retomada de percursos anteriormente interrompidos, e não o início da relação das mulheres com a educação.

O retorno foi associado à autonomia, à alfabetização, ao reconhecimento social, à melhoria profissional e à possibilidade de acompanhar a escolarização dos filhos. Scherer e Santos (2021) registraram expectativas de aprendizagem e reconstrução da autoestima, ao passo que Lima, Wiese e Haracemiv (2021) destacaram a educação como espaço de escuta e participação cidadã. Chamou atenção, a revisão de Jesus e Coelho (2024) ao convergir com esses achados.

No ensino superior, a interrupção assumiu formas como trancamento, redução de carga, mudança de turno e saída do trabalho remunerado. Pontes *et al.* (2022) analisaram um afastamento seguido de retorno sustentado por reorganização familiar. Sanches, Alonso e Vecchia (2025) observaram que algumas estudantes deixaram o emprego para tentar sustentar a graduação. E por outro lado, Silva (2025) identificou estratégias como estudo noturno, apoio informal e adaptação do percurso curricular. Permanecer não significou ausência de perdas, pois a continuidade pôde exigir sacrifícios econômicos e familiares.

A valorização da resistência não deve transferir às estudantes a responsabilidade exclusiva por permanecer. Lima (2025) identificou solidariedade e expectativas de transformação como fatores favoráveis ao retorno, enquanto Silva e Guedes (2020) evidenciaram ativismo materno e organização coletiva. Tais contribuições evidenciam que a responsabilidade de permanecer nos estudos não é somente das estudantes, mas de uma rede de apoio que envolve família, política e sociedade.

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E LIMITES INSTITUCIONAIS

As respostas identificadas incluíram auxílios financeiros, bolsas, creches, auxílio-creche, flexibilização acadêmica, acolhimento e apoio pedagógico. Joaquim e Aragão (2024) encontraram políticas gerais na Universidade Estadual Paulista, mas não uma política permanente e específica para mães. Nascimento e Rodrigues (2025) observaram alcance restrito e concentração da assistência na dimensão financeira. A presença de benefícios gerais não significa, portanto, atendimento suficiente às necessidades relacionadas ao cuidado.

A provisão de serviços apareceu como lacuna recorrente. Nunes e Nascimento Silva (2020), Silva e Guedes (2020), Silva (2025) e Silva e Silva (2026) mencionaram creches, espaços de acolhimento, salas de amamentação ou brinquedotecas como recursos necessários ou insuficientes. A existência formal de uma creche não assegura atendimento quando as vagas, a localização e os horários não correspondem às aulas e atividades acadêmicas.

As estudantes analisados nos achados relataram dificuldades relacionadas a faltas, prazos, estágios, avaliações e acompanhamento de filhos adoecidos. A esse respeito, Silva (2025) identificou pouca flexibilidade e divulgação limitada dos auxílios. Por outra perspectiva de pesquisa, Silva e Silva (2026) encontraram infraestrutura inadequada, desconhecimento das políticas e lentidão institucional. Já no âmbito institucional mais restrito, Nunes e Nascimento Silva (2020) apontaram demanda por apoio psicopedagógico e adaptação de procedimentos.

Na EJA, as respostas apareceram de maneira menos formalizada. Os estudos enfatizaram horários, acolhimento, escuta e adaptação das práticas pedagógicas, mas localizaram poucas ações específicas para as responsabilidades de cuidado. Scherer e Santos (2021) ressaltaram a necessidade de práticas compatíveis com a heterogeneidade das turmas, enquanto Lima, Wiese e Haracemiv (2021) destacaram a escuta humanizadora. A cada modalidade de ensino, seja na Educação Formal ou Não-Formal, seja no ensino básico, superior ou para o trabalho, as dificuldades se somam e contribuem para a evasão e desistência, desafinado a sociedade a desenvolver políticas públicas eficientes.

As redes familiares constituíram recursos frequentes. Companheiros, mães, avós, filhos mais velhos, irmãs e outras pessoas assumiram tarefas ou contribuíram financeiramente. Bastos e Eiterer (2017) identificaram situações de renegociação doméstica, enquanto Silva e Guedes (2020) e Nascimento e Rodrigues (2025) mostraram que redes informais sustentavam a permanência universitária. Esse apoio, contudo, era instável e frequentemente transferia o cuidado de uma mulher para outra. Classe, raça e território atravessaram as experiências, embora nem todos os trabalhos tenham desenvolvido essas categorias com profundidade. Barreto e Musial (2021) analisaram trajetórias de mulheres negras da classe trabalhadora marcadas por trabalho doméstico desde a infância e informalidade. Lima (2025) articulou gênero, classe, raça, geração e território.

As formas coletivas de organização também responderam à insuficiência institucional. Silva e Guedes (2020) demonstraram que grupos presenciais e digitais favoreciam circulação de informações, apoio emocional e reivindicação de direitos. Com resultados semelhantes, Nascimento e Rodrigues (2025) observaram que as redes coletivizavam parcialmente o trabalho reprodutivo.

A principal convergência entre os achados reside na compreensão de que a permanência depende de condições que ultrapassam a sala de aula. Maternidade, emprego, tarefas domésticas, renda, transporte, horários e apoio formam um conjunto associado às possibilidades de continuar, interromper ou retornar. Tanto na EJA quanto no ensino superior, os trabalhos rejeitam explicações baseadas exclusivamente em desinteresse ou esforço individual.

As diferenças relacionam-se às populações e instituições. Na EJA, ganharam destaque os afastamentos iniciados na juventude, trabalho precoce, alfabetização e retorno após anos. No ensino superior, apareceram trancamentos, estágios, avaliações, assistência e flexibilização.

As lacunas metodológicas limitam o alcance das conclusões. Predominaram estudos qualitativos, amostras pequenas e pesquisas localizadas. Foram pouco frequentes avaliações longitudinais, comparações entre instituições, estudos quantitativos nacionais e análises de implementação. Parte das publicações não detalhou idade, raça, renda, composição familiar ou quantidade de participantes.

No plano acadêmico e político, os achados indicam a necessidade de integrar assistência financeira, serviços de cuidado, flexibilidade pedagógica, infraestrutura, comunicação e articulação territorial. Na EJA, isso implica reconhecer tempos de trabalho e trajetórias descontínuas. Em resposta ao problema, a literatura analisada sugere que políticas e ações contribuem para a permanência quando reduzem barreiras materiais, reconhecem o cuidado e flexibilizam condições de participação. Seu alcance, porém, é limitado por baixa cobertura, fragmentação, concentração no apoio financeiro e dependência de redes informais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise permitiu compreender que a permanência educacional de jovens e mulheres adultas que conciliam estudos, maternidade, cuidado e trabalho constitui processo condicionado por fatores sociais, econômicos, familiares, pedagógicos e institucionais. As políticas e ações identificadas podem favorecer a continuidade quando reduzem barreiras materiais, reconhecem as demandas de cuidado e flexibilizam condições de participação. Contudo, as respostas permanecem fragmentadas, apresentam cobertura desigual e frequentemente transferem às próprias estudantes e às famílias a responsabilidade por sustentar a trajetória.

Foram identificadas barreiras associadas à sobreposição entre trabalho remunerado, trabalho doméstico, maternidade e cuidado. Falta de tempo, cansaço, dificuldades financeiras, deslocamentos, incompatibilidade de horários e ausência de compartilhamento atravessaram tanto a EJA quanto o ensino

superior. Esses fatores não produziram resultados uniformes, pois variaram conforme emprego, renda, composição familiar e apoio disponível. Por outro lado, foram caracterizados auxílios, bolsas, creches, auxílio-creche, apoio pedagógico, acompanhamento psicossocial, flexibilização e acolhimento. No ensino superior, essas respostas apareceram de modo mais institucionalizado, embora limitadas por cobertura, divulgação e critérios de acesso. Na EJA, foram menos formalizadas e estiveram mais relacionadas a horários, práticas pedagógicas e reconhecimento das trajetórias.

A análise das contribuições e limitações mostrou que o apoio financeiro pode reduzir dificuldades, mas não substitui serviços de cuidado, infraestrutura, flexibilidade e acompanhamento. Creches e espaços de acolhimento podem favorecer a continuidade quando possuem vagas e horários compatíveis. Adequações acadêmicas também ampliam possibilidades, mas dependem de regras claras e de uma cultura institucional que reconheça a maternidade e o cuidado como dimensões legítimas da vida estudantil. Classe, raça e território mostraram-se relevantes para compreender a distribuição desigual das barreiras. Mulheres negras, trabalhadoras, residentes em áreas periféricas e inseridas em atividades precárias apareceram expostas a restrições adicionais. Essas categorias, contudo, não foram analisadas com igual profundidade em todo o corpus. Também permaneceram pouco conhecidas as experiências de estudantes responsáveis por idosos, pessoas com deficiência ou outros dependentes.

Os achados oferecem subsídios para articular políticas educacionais, assistência estudantil e políticas de cuidado, respeitando as diferenças entre EJA e ensino superior. Pesquisas futuras devem ampliar a diversidade regional, acompanhar trajetórias longitudinalmente, comparar instituições e examinar outras formas de cuidado. Reconhecer cuidado, maternidade e trabalho como dimensões da experiência educacional permite compreender que a permanência não depende apenas de escolhas individuais, mas da construção de condições públicas e institucionais para acessar, participar e concluir a formação.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Maria Cláudia Mota dos Santos; MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. Mulheres da classe trabalhadora na EJA: processos de escolarização e conciliação com o trabalho. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 40, p. 216-238, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v19i40.50714>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/50714>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- BASTOS, Ludimila Corrêa; EITERER, Carmem Lúcia. Reconfiguração das relações de gênero e cotidiano das mulheres educandas da EJA. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 2, n. 6, p. 42-53, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.25053/edufor.v2i6.2138>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/158>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF: Presidência da República, 2024a.

BRASIL. **Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024**. Institui a Política Nacional de Cuidados. Brasília, DF: Presidência da República, 2024b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2025a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 17 de julho de 2025**. Altera a Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2025b.

BRASIL. **Decreto nº 12.562, de 23 de julho de 2025**. Regulamenta a Política Nacional de Cuidados e dispõe sobre o Plano Nacional de Cuidados. Brasília, DF: Presidência da República, 2025c.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e228764, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147228764>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WRKk9JVNBnJJsnNyNkFfJQj/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

CRUZ, Veida Allegra Ribeiro; CRUZ, Neilton Castro da. Mulheres e EJA: os desafios e as condições de ser mulher e estudante na Educação de Jovens e Adultos. **Abatirá: Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 503-525, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/abatira/article/view/9609>. Acesso em: 10 jun. 2026.

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; SAMPAIO, Helena. A constituição da assistência estudantil como campo científico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 53, e10516, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980531410516>. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10516>. Acesso em: 10 jun. 2026. Acesso em: 10 jun. 2026.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100006>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmbvbwX/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, e228757, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LXtF95VpbYyzkJTJtkxLrsw/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: outras formas de trabalho 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102020&view=detalhes>. Acesso em: 10 jun. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2024: resumo técnico**. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/resumo_tecnico_do_censo_da_educacao_superior_2024.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

JESUS, Ana Cláudia de; COELHO, Livia Andrade. Trajetórias e desafios de mulheres mães na EJA: autonomia, enfrentamentos e resistência cotidiana. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 12, p. 1-20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22481/reed.v5i12.15612>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/reed/article/view/15899>. Acesso em: 10 jun. 2026.

JOAQUIM, Ananda Raquel de Souza; ARAGÃO, José Euzébio de Oliveira Souza. Políticas de permanência estudantil para mães universitárias na Universidade Estadual Paulista. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 12, n. 1, p. 974-998, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v12i1.16260>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/16260>. Acesso em: 10 jun. 2026.

LEITE, Ana Cecília Figueirêdo; ALVES, Francione Charapa. Trabalho, maternidade e permanência no ensino superior. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8801>. Acesso em: 10 jun. 2026.

LIMA, Francisca Vieira; WIESE, Andréia Faxina; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. As mulheres da EJA: do silenciamento de vozes à escuta humanizadora. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 30, n. 63, p. 131-150, jul./set. 2021. DOI:

<https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2021.v30.n63.p131-150>. Disponível em:
<https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/11123>. Acesso em: 10 jun. 2026.

LIMA, Victoria Katarina Cardoso. **“Deixou de frequentar”: experiências de abandono escolar entre mulheres estudantes da EJA na Zona Norte de Manaus/AM. 2025.** 141 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025. Disponível em:
<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10852>. Acesso em: 10 jun. 2026.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto — Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008. DOI:
<https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

NASCIMENTO, Lorrany Rodrigues do; RODRIGUES, Marlene Teixeira. Maternidade na política de assistência estudantil da Universidade de Brasília. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 47, n. 94, 2025. DOI: <https://doi.org/10.36517/eemd.4794.97012>. Disponível em:
<https://periodicos.ufc.br/educacaoemdebate/article/view/97012>. Acesso em: 10 jun. 2026.

NUNES, Cicera; NASCIMENTO SILVA, Livia Maria. Acesso e permanência na educação superior x exercício da maternagem: entre trajetórias, representações e exigibilidade de políticas estudantis. **Direito. UnB: Revista de Direito da Universidade de Brasília**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 41-79, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/28322>. Acesso em: 10 jun. 2026.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Care work and care jobs for the future of decent work**. Geneva: International Labour Office, 2018. Disponível em:
<https://www.ilo.org/publications/major-publications/care-work-and-care-jobs-future-decent-work>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PONTES, Vívian Volkmer et al. Transição para a maternidade na trajetória acadêmica: estratégias de reparação dinâmica do self e de resistência no campo social de jovens universitárias. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 39, e200190, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200190>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Wv4Tg5pbcwb3cHYjpfzw3nh/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SANCHES, Lais Ramos; ALONSO, Amanda Silvério Fernandes; VECCHIA, Marcelo Dalla. Mães universitárias: desafios na conciliação entre maternidade e vida acadêmica. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 26, n. 00, e025005, 2025. DOI:
<https://doi.org/10.30715/doxa.v26i00.20133>. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/20133>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SCHERER, Ana Lucia; SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos. O retorno da mulher à sala de aula — Educação de Jovens e Adultos: desafios/perspectivas. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 37-51, 2021. Disponível em:
<https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/151>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SILVA, Lara Jordana Lima da. **Permanência de jovens-mães-estudantes no curso de Pedagogia: narrativas, adversidades e enfretamentos.** 2025. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) —

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2025. Disponível em:
<https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/17068>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SILVA, Márcia Cristina Lopes; SILVA, Nayara de Cássia Silva da. Maternidade e a permanência vivenciada por estudantes em Pedagogia do IFPA. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 31, n. 1, e31007, 2026. DOI: <https://doi.org/10.34019/2447-5246.2026.v31.49614>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/e31007>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SILVA, Maria Clara Ramos da Fonseca; GUEDES, Cristiano. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 470-479, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p470>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/KmmbBSdWxFtjXsMR5zVzZGp/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas e; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 5, p. 603-631, set./out. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220034>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XcTGnqJTq9wdJZZ4PpqwFd/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SILVA, Viviane Rauane Bezerra; ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. O trabalho como fator da evasão e do retorno à EJA: uma análise de uma turma da Educação de Jovens e Adultos de Caruaru-PE. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema, v. 6, n. 1, p. 1606-1619, jan./mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i1-1433>. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1433. Acesso em: 10 jun. 2026.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. Intersetorialidade nas políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 7-13, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.198>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DPfFVvJzjDFYSzB9NWWHv7z/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16268861/>. Acesso em: 10 jun. 2026.